

## NÃO-ASSOCIADOS: UM IMPASSE DE FIM DO SÉCULO?

*Por Arlete Mourão*  
Barcelona  
Convergência Lacaniana  
outubro/1998

A meu ver, esta proposta de uma Convergência apóia-se em dois pontos distintos e fundamentais:

- 1) Opor-se à forma organizacional despótica, autoritária e concentracionária que vem se consolidando na psicanálise, comprometendo a ética que lhe é própria;
- 2) Intervir na fragmentação que vem tomando conta da psicanálise que está fora desses movimentos supra-institucionais.

Parece-me indispensável, neste momento em que nos propomos a intervir nessas novas formas de mal-estar, começarmos a nos questionar, em primeiro lugar, quanto a esse segundo ponto, ou seja, ao “mal-estar” que nos é próprio e que é, com certeza, aquilo que está na base de nossa fragmentação.

Para iniciar pode-se perguntar: tal fragmentação é um sintoma, no sentido de uma “formação de compromisso” com acirramentos narcísicos, no sentido de se burlar a castração, ou é sintoma inerente a um posicionamento subjetivo que leva em conta, de fato, o Sujeito do Inconsciente? Ou seja, um posicionamento que leva em conta o “parlêtre” tomado até as suas últimas conseqüências em termos do que “Isso” divide ?

A partir desse questionamento, coloca-se um outro. Se num primeiro momento a fragmentação a que se visava intervir dizia respeito a uma fragmentação das instituições, rapidamente, o número expressivo de analistas não-associados que se sentiram mobilizados pelo movimento, foi apontando para uma nova questão: seria esta uma nova forma pela qual se reveste um velho mal-estar?

Além do montante de analistas não-associados, foi significativa também a polêmica suscitada e o tempo dedicado a essa questão tanto na reunião de Paris (março de 1998), quanto nas discussões e textos que foram se construindo após a mesma. A isso, soma-se o fato, talvez o que mais precise ser escutado e considerado, de que muitos analistas que começaram a se envolver com Convergência, na condição de associados, num certo momento posterior, deixaram de estar nessa condição. Portanto, este é um momento privilegiado para nos determos nesse tema.

Para começar, o que significa, mesmo, essa expressão: “não-associados”? Sabe-se que é uma denominação que substituiu uma outra, até então muito freqüente: “independentes”. Tal substituição já aponta um deslizamento significativo, indicando, entre uma e outra expressão, que o sujeito que daí escapa continua a ser um sujeito dividido, e não um “ego autônomo”.

Além disso, qual é a lógica que permite considerar como “não-associado” um analista? Existe o analista fora de um laço discursivo qualquer que seja? Nesse caso, esse analista se manteria analista?

Não obstante, pode-se perguntar: o que faz com que um sujeito, sustentado uma função de analista, opte por estar fora da instituição? Por que os analistas saem das instituições? Seria o caso de se questionar tais analistas ou as próprias instituições? Provavelmente, algo ocorre no sentido de acirrar um mal-estar que afeta a ambos.

Por um lado, é necessário considerar a obstaculização que uma instituição pode se constituir para um movimento de desejo, quando este precisa sempre estar se reafirmando. Por outro, há que se manter sempre em aberto o questionamento sobre o que se passa na análise dos analistas - sobre o que se passa entre o fim e o passe. Desse ponto, surge a questão: como viabilizar as exigências colocadas por uma posição subjetiva, que evolui no sentido contrário daquela promovida pelo efeito de grupo?

Sabemos que são os impasses colocados por essa contradição que têm levado uma grande parcela da comunidade analítica a, entre outras coisas, sistematizar um arranjo no qual alguns se colocam - e são colocados - no lugar do Outro, do Outro Absoluto, do Outro Mestre. É óbvio que para isso, esses alguns, precisam ter chegado a um ponto de suas análises em que o real da condição do Outro, tenha sido apreendida. Talvez o horror dessa condição é o que provoque o caminho da impostura.

De outra parte, e para uma outra parcela, há a saída dessa encruzilhada pela via de se falar em “nome próprio”, ou seja, de assumir-se enquanto sujeito dividido entre o saber e a verdade, divisão essa decorrente da assunção do Nome-do-Pai, enquanto consolidação do enodamento dos nomes do pai. Nesse caso, o sujeito pode ir além dele - o Pai - no sentido de poder usá-lo e não no de sentido de confundir com ele, seja no registro real, simbólico ou imaginário.

É nessa perspectiva que, a meu ver, coloca-se um outro impasse: ao falar em nome-próprio, resta ao sujeito produzir a partir de seus próprios significantes, quer dizer, a partir do Outro do significante e não mais dos significantes do Outro. Como tal, essa produção, por refletir uma dívida simbólica, não consegue mais sustentar-se em redes imaginárias. Como viabilizar isso dentro das instituições, onde, queira-se ou não, o efeito de grupo, em especial o das transferências imaginárias e da identificação, não tem como ser anulado?

Sabe-se como é freqüente a vigência da idolatria e da identificação a mestres em muitas instituições. Aí, quando a diferença aparece, é vivida não como tal, mas como traição. O passo seguinte é a cisão, na qual aquele (s) que encarna o SsS, sai e funda uma outra instituição - a própria - no que é acompanhado por seus discípulos. Não estaria aí aquilo que está no cerne de uma determinada “fragmentação”?

É em relação a isso, também, que pode ser entendido o aumento do número dos não-associados, ou seja, dos que não conseguem mais viabilizar um percurso de formação sustentado apenas por transferências imaginárias.

No que concerne às instituições, tem-se tentado minimizar isso, criando-se dispositivos que favoreçam a articulação das diferenças. Além disso, começa também a se viabilizar uma interlocução maior entre as diversas instituições - e Convergência vem para autenticar essa interlocução.

Entretanto, pode-se perguntar se simplesmente a interlocução maior seria aquilo que garantiria o resgate da possibilidade de uma real articulação das diferenças. Seria preciso diferenciá-las de “negociações e consensos”, que, muitas vezes, dão-se não como forma de vigência da castração, mas como uma maneira de se colocar as diferenças debaixo do tapete. Como resgatar ou viabilizar, de fato, uma transferência ao discurso da psicanálise, ao invés simplesmente de “negociações políticas”?

De qualquer forma, é fundamental que essas questões fiquem sempre no horizonte, estejam sempre visíveis, para que o que quer que venhamos a compor enquanto Convergência, não se preste a denegá-las, mas corresponda ao produto do avanço de suas elaborações.

No que diz respeito especialmente aos não associados, parece-me que tratar a questão simplesmente enquanto aquilo que deve ser descartado ou excluído por Convergência, significaria fechar os olhos para algo que pode, exatamente, apontar o caminho para um avanço na elaboração de impasses que nos são colocados tanto pela experiência, quanto pela teoria.

É muito significativo que neste momento lógico em que surge um movimento de “convergência”, e que o mesmo tenha como proposta sancionar uma pluralidade de enlaces heterogêneos, apareçam tantos analistas ditos “não-associados”. Envolver-se com essa questão, a meu ver, significa uma possibilidade ímpar para que o movimento psicanalítico, enfim, assumira um estatuto compatível com a psicanálise, isto é, compatível com o rigor de uma experiência que desnuda a impossibilidade de coincidência entre saber e verdade; compatível com a ambigüidade, com o paradoxo, com a alteridade e com a singularidade do sujeito dividido.

Não seria este o momento e a chance de avançar nessa teorização a partir da experiência de cada um desses “não-associados” que se disponha a fundamentar sua posição, que se disponha a dizer como, a partir de uma posição subjetiva sintomática lhe é possível encontrar uma forma mediante a qual possa se fazer representar, e com isso dar provas de uma inserção simbólica?

Além disso, não se pode esquecer que, desde o início deste movimento para uma Convergência, a proposta sempre foi encontrar uma nova forma, ou autenticar uma pluralidade de formas de reunir analistas e instituições analíticas. Convergência agora

exclusivamente instituições analíticas, além de descaracterizar a proposta original, entraria na contradição de avaliar um modelo supra-institucional.

Portanto, promover um ato que tenha efeito também sobre essa questão dos não associados, parece-me um dos maiores desafios de Convergência. Talvez possa se dizer que é também através dela que este movimento dará provas da autenticidade e coerência de seus princípios, ou não.